

# Marcílio diz que não é 'menino de escola'

8 MAI 1966

ESTADO DE SÃO PAULO

Congresso  
BRÁSILIA  
AGÊNCIA ESTADO

Por falta de apenas um deputado, numa chamada nominal tumultuada, a Câmara mais uma vez, ontem, não conseguiu votar nenhum dos 216 itens que se acumulam na pauta da ordem do dia — e seu ex-presidente, Flávio Marcílio, culpou Ulysses Guimarães e José Fragelli pelas críticas que o Congresso Nacional vem sofrendo a propósito da questão dos **jetons**.

Essa questão da remuneração dos parlamentares segundo Flávio Marcílio, está bem equacionada na proposta de emenda constitucional elaborada por uma comissão especial, por iniciativa dos próprios presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, José Fragelli. É a proposta que restaura as prerrogativas do Poder Legislativo.

“Essa proposta — disse Marcílio — foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados e ao presidente do Senado Federal. E onde se encontra? Engavetada nas duas presidências. Fala-se muito em remover o entulho revolucionário, mas não há maior entulho que esse, forma pela qual a revolução tratou o Poder Legislativo. E não estou dizendo isto agora. Quando, por três vezes, exercia a Presidência desta Casa, lutei, inclusive contra o governo, para recuperar as prerrogativas do Legislativo, mas infelizmente não consegui.”

A Emenda Constitucional nº 1, segundo ele, tratou os parlamentares “como meninos de escola”. “É como um código penal disciplinar”. “Reunimo-nos, 479 deputados — acrescentou — como meninos de escola, para ouvir a leitura de um decreto a ser votado. Para que a portaria com a lista de presentes? Para que o número exigido para que a sessão seja aberta? O Congresso Nacional, aundo realmente convocado, jamais faltou, jamais deixou de dar número para as votações.”

O pagamento de **jetons**, por sessão, segundo Marcílio, foi uma forma encontrada para permitir o ajuste da remuneração. Mas os presidentes da Câmara e do Senado “discutem esse assunto mais para a imprensa do que para a Nação”. “Por que — perguntou — eles não fazem voltar as prerrogativas do Poder Legislativo, disciplinando de forma correta essa questão?”

Pouco antes, Adail Vettorazzo (PDS-SP), tratando do mesmo assunto, também já havia criticado Ulysses Guimarães e o PMDB. “O que fez o PMDB — indagou — para devolver ao Congresso suas prerrogativas? Nada. Absolutamente nada. Há um ano ou mais está nomeada uma comissão para elaborar o projeto de novo regimento interno da cara, mas

até hoje a matéria não chegou ao plenário, nem chegará.”

Os dois deputados manifestaram, porém, opinião diferente sobre as críticas da imprensa. Flávio Marcílio disse que elas vêm “sobretudo de uma imprensa que é contra nós, que acentua falhas que realmente existem, mas que são irrelevantes no contexto geral da instituição”. E Adail Vettorazzo disse que “culpar os veículos de comunicação pelas denúncias de recebimento irregular de **jetons** ou debitar aos governos militares o desprestígio do Poder Legislativo é mero e descabido escapismo”.

## “BRINCADEIRAS”

Pouco depois, quando o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) voltou a criticar a liderança do governo por não colocar sua bancada para votar as matérias em pauta, o líder Pimenta da Veiga (PMDB-MG) entrou em plenário e, irritado, disse que ali não era lugar para “brincadeiras”. Acusou o PDS de estar fazendo obstrução para não votar as conclusões da CPI sobre o Caso Delfin. “Ora — respondeu Leorne Belém (PDS-CE) —, os deputados que poderiam ter interesse em proteger os envolvidos estão hoje no PFL ou em outros partidos...”

A seguir, colocado em votação, mais uma vez, o projeto de lei do Executivo que assegura “mordomias” (residências funcionais) a altos funcionários, o PDS novamente votou contra e, com o apoio do PDT, pediu verificação de votação.

O suplente da Mesa, Celso Amaral (PTB-SP), na presidência dos trabalhos, sem nenhuma explicação, chamou a também suplente da Mesa Bete Mendes (PMDB-SP) e pediu que ela iniciasse a chamada nominal — o que originou um tumulto em plenário, com as lideranças do PDS e do PDT exigindo que fosse feita a votação eletrônica, como determina o regimento interno.

## “ISSO É DITADURA”

Em plenário, naquele momento, não havia mais que 80 deputados, embora tivesse sido anunciada a presença, na Casa, de 318. Quatro deputados do PDS — Sebastião Curió (PA), Gérson Peres (PA), Cunha Bueno (SP) e Leorne Belém (CE) — gritavam “isso é ditadura” e respondiam “sim” ou “não”, a cada nome chamado. A sessão teve de ser suspensa por quase 20 minutos. Pimenta da Veiga chamou o líder do PDS, Amaral Neto, e tentou convencê-lo a deixar prosseguir a votação, alegando que a Câmara tem sido criticada por não votar nada. Amaral acabou concordando, e a votação, apesar de alguma resistência, ainda de pedessistas, prosseguiu e registrou 59 votos contra as “mordomias”, 177 a favor e três abstenções, num total de 239, quando o mínimo exigido é de 240.)